

AS RAÍZES HISTÓRICAS DO ATRASO ECONÔMICO E INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ACRE

THE HISTORICAL ROOTS OF ACRE'S ECONOMIC BACKWARDNESS AND REGIONAL DEVELOPMENT INITIATIVES

Autor(es):

Marcílio Lima de Oliveira

Filiação: Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

E-mail: marcilio.li2@hotmail.com

Michelly Ferreira de Mendonça

Filiação: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

E-mail: michellyfm@yahoo.com.br

Anyelle Samy Costa de Oliveira

Filiação: Universidade Federal do Acre – UFAC

E-mail: anyellesamy@gmail.com

Grupo de Trabalho (GT): << GT7. Desenvolvimento rural, territorial e regional >>

Resumo

As novas alternativas de desenvolvimento baseadas nos valores locais no Brasil é um tema de extrema importância no atual contexto socioeconômico da Amazônia brasileira. O recorte geográfico desta pesquisa compreende o estado do Acre. Nessa espacialidade, a acomodação dos interesses das elites econômicas e políticas com os das comunidades locais nem sempre convergem. Isso faz com que o desenvolvimento nesses territórios seja um processo lento até que novas iniciativas e alternativas se tornem efetivas para cada lugar. Nesse ambiente, as possibilidades de desenvolvimento passariam pelas iniciativas locais e da capacidade organizacional dos agentes regionais. Com o emprego do método *Deplhi*, avaliaram-se as iniciativas locais e a capacidade organizacional dos atores regionais. O trabalho de campo revelou que no Acre, as condições sociais e econômicas herdadas permitiram formar uma organização social coletiva em prol do desenvolvimento (Fórum de Desenvolvimento Regional), a qual engloba agentes públicos e agentes privados que buscam construir uma agenda de mudança com base nos valores locais. Evidenciou-se, também, que alternativas vislumbradas em prol do desenvolvimento são plausíveis desde que avancem no sentido de agregar os valores locais.

Palavras-chave: Valores Locais; Capacidade organizacional; Organização Coletiva

Abstract

New development alternatives based on local values in Brazil is an extremely important theme in the current socioeconomic context of the Brazilian Amazon. The geographical scope of this research includes the state of Acre. In this spatiality, the accommodation of the interests of the economic and political elites with those of the local communities does not always converge. This makes development in these territories a slow process until new initiatives and alternatives become effective for each place. In this environment, the possibilities of development would pass through local initiatives and the organizational capacity of the regional agents. Using the

Deplhi method, local initiatives and the organizational capacity of regional actors were evaluated. The fieldwork revealed that in Acre, the inherited social and economic conditions allowed the formation of a collective social organization in favor of development (Regional Development Forum), which encompasses public agents and private agents that seek to build an agenda of change based on local values. It was also evidenced that the alternatives envisioned for development are plausible as long as they advance in the sense of aggregating local values.
Keywords: Local Values; Organizational Capacity; Collective Organization

1. Introdução

Na Amazônia brasileira, em especial em sua porção sudoeste (Acre), o processo de desenvolvimento regional é complexo. A acomodação dos interesses das elites econômicas e políticas com os das comunidades locais nem sempre convergem. Isso faz com que o desenvolvimento nesses territórios seja um processo lento até que novas iniciativas e alternativas se tornem específicas para cada lugar.

Ao defender alternativas para a região, Becker (2001) aponta que o caminho encontrado para essas espacialidades, em termos de ocupação regional, caracteriza-se por dois traços principais. Um, predominante, baseado numa visão externa ao território, que afirma a soberania nacional, privilegiando as relações com o poder central, ou seja, um modelo exógeno. O outro, baseado numa visão interna do território, fruto do contato com os habitantes locais e privilegiando o crescimento endógeno e a autonomia local.

Como descreveu a mesma autora, essa dualidade se relaciona a dois modelos de desenvolvimento regional. Um desses modelos, o desenvolvimentista/progressista vigorou durante o regime militar na década de 1960, porém, a sua maior fragilidade consiste no fato de ele ter sido mostrado como integrador, mas os seus objetivos se associaram apenas às metas de crescimento econômico nacional, sendo este o motivo pelo qual não teria se completado.

Mais recentemente, em meados da década de 1980 e início da de 1990, surgiu o ambientalista/preservacionista como nova alternativa de desenvolvimento para a Amazônia brasileira. Nesse formato, a amplitude das possibilidades de desenvolvimento passaria pelo nível de organização das redes interorganizacionais e de suas ações voltadas ao desenvolvimento regional.

No entanto, combinações adequadas não foram buscadas na prática. Tal forma de organização regional, ainda que tenha apresentado alguns bolsões de avanço, as políticas, em geral, caracterizaram-se por traços exógenos e atreladas a interesses divergentes e conflituosos. Uma, baseadas no favorecimento de novas infraestruturas de suporte ao crescimento econômico, principalmente, as que vão favorecer a expansão da fronteira agrícola e agropecuária em grande escala. Outras, por vezes, focadas nos interesses das populações locais e na sustentabilidade socioambiental (BECKER, 2007).

O modo de integração vertical até parecia bem definido no que diz respeito à inclusão socioeconômica, mas não foi suficiente porque não se buscou aprimorá-lo, no sentido de não apenas envolver os valores locais, mas de efetivá-lo (BECKER, 2004; MOTA; GAZONI, 2012). Em face de tal situação, criou-se dificuldades de gerenciamento das políticas de corte ambiental, já que a sustentabilidade ambiental supõe a existência de uma criteriosa gestão pública e comunitária dos recursos naturais que afetam o suprimento de alimentos.

Por sua vez, criou-se, no Acre, uma economia regional voltada ao abastecimento da população em expansão. Mas esse foi um período de baixo crescimento da economia regional e de retorno à preocupação do agravamento dos desequilíbrios ambientais. Isso porque,

conforme explicam Monteiro Neto *et al.* (2017), o efeito de tais políticas no curso das últimas décadas foi anulado por um reduzido poder de implementação de alternativas de crescimento. Como consequência, ocorre o não atendimento de demandas sociais que deveriam ser asseguradas pelas políticas de corte ambiental, culminando com o aprofundamento da pobreza e das desigualdades regionais.

Portugal e Silva (2017), com reflexões críticas sobre a região apontaram a falta de prioridade conferida à política regional e a falta de conexão entre o modelo de governança e os atores locais. Além disso, os movimentos sociais mais proeminentes se deparam com restrições para atuarem adequadamente sobre os objetivos por eles delineados. Essa lógica, de certo modo, contribui para reduzir as oportunidades econômicas e opções de desenvolvimento do território.

Essa conjuntura é a raiz da persistência de desafios que caracterizam a unidade federativa do Acre como tradicional espaço de desigualdade socioeconômica e concentração da renda. De acordo com Becker (2007), a busca pelo desenvolvimento do estado, em perspectiva, sempre se baseou no investimento federal, que encaminharia a região ao progresso, em que um conjunto de normatizações ambientais seria um meio para institucionalizar áreas de interesse econômico público e privado, desconsiderando seus impactos, que, se não impedem as alternativas de desenvolvimento, reduzem seus efeitos sobre os desafios.

Foi nesse contexto socioeconômico que surgiram iniciativas alternativas de desenvolvimento regional no Acre, por meio da formação de uma rede interorganizacional composta por organizações coletivas de empresários e instituições pública e privada. A iniciativa mais proeminente de organização formal coletiva foi a constituição do Fórum Permanente de Desenvolvimento do Acre, o qual tem sido a principal referência das mobilizações dos empresários dessa rede e surgiu por volta de 2000.

As principais convicções do Fórum Permanente de Desenvolvimento do Acre incluem críticas à política ambiental, o modelo de governança pública e enfatizam o desenvolvimento do *status* e da subjetividade empresarial, conectando intelectuais as massas rurais, reconstituindo relações rural-urbanas, propondo uma agenda de mudança, entre outras iniciativas (OLIVEIRA, 2021).

Neste estudo, esclarecemos como o Fórum Permanente de Desenvolvimento do Acre, a partir de uma posição dicotômica entre sociedade e Estado, faz a intermediação entre a autoridade do Estado e as expectativas da sociedade. Com base em entrevistas em profundidade com pessoas chave do Fórum, examinamos aqui o movimento dentro contexto sociopolítico geral do Acre, provendo uma análise detalhada de como um movimento social sobrevive dentro de um contexto sociopolítico complexo, especialmente, da escalada das inquietações com o baixo desempenho das atividades econômicas. Compreender essa organização coletiva ilumina nossa discussão sobre as iniciativas de desenvolvimento regional a partir do paradigma de baixo para cima.

Assim, a relevância deste estudo é ampliada a partir do reconhecimento que persistem questões sobre o desenvolvimento regional do Acre. Dentre tantas, as que se referem a dificuldade em obter, deter ou produzir iniciativas a partir dos valores locais e ao potencial da capacidade organizacional dos agentes regionais. Assim, como objetivo geral deste estudo, definiu-se: analisar as raízes históricas das organizações formais do estado do Acre, entre os anos de 2021 e 2022.

Para tal, este estudo está organizada em quatro seções: A seção **I** é composto pela introdução e delineamento geral do estudo. A seção **II** é composto por uma reflexão teórica acerca do tema do desenvolvimento regional e do desenvolvimento endógeno. A seção **III** descreve os procedimentos metodológicos, como identificação do ambiente de pesquisa e amostra, os instrumentos de coleta de dados, o modelo de análise, entre outros. Na seção **IV**,

são apresentadas os resultados das iniciativas locais e capacidade organizacional dos agentes regionais por meio da percepção dos atores do desenvolvimento. Por último, são apresentadas as conclusões da pesquisa, por meio de uma síntese dos resultados, limitações e sugestões para próximos estudos.

2. Referencial Teórico

O Desenvolvimento Regional com base nos valores locais

De forma geral, as teorias clássicas conferidas ao desenvolvimento regional apresentam a ideia da existência de uma força motriz de caráter exógeno capaz de influenciar, por meio de encadeamentos (*linkages effects*), as demais atividades econômicas. Trata-se do paradigma “centro-abaixo”, devido à presença de forças impulsionadoras advindas das regiões centrais. Isso demonstra, em grande medida, que são as teorias tradicionais que enaltecem uma força externa (exógena) a se instalar na região para desencadear o processo de desenvolvimento.

Consenso é que as teorias clássicas por longa data serviram de abrigo teórico às políticas econômicas. Nesse sentido, desprenderam-se das análises o desenvolvimento socioeconômico, sendo este tido como componente essencial para o crescimento físico de qualquer economia. Mas o retorno ao argumento do desenvolvimento regional, além da dualidade centro-periferia centrado na ideia de baixo para cima ou o paradigma desde baixo, suscita a ideia de desenvolvimento pleno, tendo como ponto de partida as potencialidades e habilidades humanas da sociedade local.

Sthor e Taylor (1981) construíram três hipóteses que fundamentam a noção do desenvolvimento de baixo para cima: *i*) as disparidades regionais são consequências negativas de uma integração econômica de grande escala, executadas sem preparação suficiente; *ii*) o conceito de desenvolvimento não deve subordinar-se a pressões de curto prazo de um mecanismo de mercado, ou de influências externas, devendo obedecer às especificidades locais de natureza cultural e institucional; *iii*) o impulso da formulação e execução do desenvolvimento deve ser originado nas respectivas comunidades, rejeitando a ideia de que as comunidades de pequena escala só podem atingir o desenvolvimento por intermédio de outras regiões de maior nível de desenvolvimento.

De fato, o desenvolvimento regional baseado em valores locais – endógeno – constitui um passo em frente em relação às transformações regionais. Assim, oferece às regiões atrasadas um desenvolvimento autossustentado e defende a importância das instituições formais e as organizações coletivas para a introdução de inovações conducentes à diversificação das atividades produtivas e ao acesso ao mercado. Para isso, tanto os atores institucionais devem chegar a acordos sobre estratégias e objetivos quanto os agentes regionais e locais devem participar na gestão e controle das iniciativas de desenvolvimento (BARQUERO; GIL, 2015).

Boisier (1999) analisou as diferenças entre o desenvolvimento endógeno e o desenvolvimento exógeno a partir do desenvolvimento territorial. Ao propor sua diferença básica, considerou que, enquanto o endógeno inicia no interior da região, o desenvolvimento exógeno, em certa medida, é imposto a partir do exterior. Nesses casos, a estruturação do modelo alternativo de desenvolvimento regional é realizada por meio de um processo, definido pelo autor como “organização social regional” ou, segundo Schmitz (1997), como “ação coletiva”.

Amaral Filho (2001) já havia observado que esse processo tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais. Em outros termos, é a ampliação que coloca nas mãos desses o destino da economia local ou regional. A

Teoria do Desenvolvimento Endógeno assume certa importância nos casos de ativação social por meio dos atores ou agentes locais, que, num movimento articulado por processos de cooperação, confiança e pertencimento, geram ou estimulam valores locais capazes de estruturar recursos tangíveis (capital físico, capital natural) e intangíveis (capital social, capital humano e capital institucional) que se encontram dispersos ou latentes.

Nesse contexto, é importante destacar os tipos de capitais intangíveis que se constituem em forças motrizes dos processos de desenvolvimento endógeno e se fazem presentes nas regiões. Haddad (2009) sugere cinco tipos de capitais: *i)* capital institucional, que se refere à malha de organizações públicas e privadas e seu poder de articulação; *ii)* capital cívico, que se vincula às práticas sociais de corte político e democrático, sobre o qual incidem os interesses da população com os assuntos públicos; *iii)* capital social, que se refere à cooperação mútua e formação de grupos sociais coesos; e *iv)* capital humano, que se relaciona ao estoque de conhecimento do indivíduo.

Nesse sentido, pode-se dizer que o modelo alternativo baseado em valores locais parte das potencialidades socioeconômicas originais do local. Como ilustração, e segundo Ferrera de Lima (2006), o desenvolvimento socioeconômico pressupõe a elevação do nível material de vida de acordo com uma escala de valores específicos de uma cultura, em que seu significado não é o mesmo em todas as sociedades. O autor, com base em Myrdal (1977), sustenta ainda que o desenvolvimento socioeconômico não significa apenas a produção e a distribuição dela, mas também níveis de vida, instituições, atitudes políticas e uma sequência de eventos, visando a melhorar o sistema social por meio da acumulação de capital humano.

Para Valentim (2010), o capital humano constitui um recurso do qual os indivíduos podem se valer para atingir seus objetivos. O papel dos estoques de capital humano, por sua vez, constitui em fatores de desenvolvimento. É o que o autor definiu como externalidades geradas pela acumulação de capital humano, as quais podem ser notadas pelo nível de educação acumulada em determinada região ou sociedade. Essa ideia é consistente, tendo em vista que a noção de capital humano é uma teoria estreitamente ligada à economia, e, dessa forma, é a fonte de lucros futuros, de satisfação futura ou de ambos.

Nesse cenário, configura-se como importante o papel dos agentes de desenvolvimento, das instituições, das organizações da sociedade por meio dos fóruns e conselhos de desenvolvimento, a quem compete estabelecer estratégias adequadas e equacionar os desequilíbrios resultantes do processo de crescimento econômico. Tal qual o papel do Estado, essas instituições favorecem uma participação mais efetiva dos atores locais nas decisões sobre os aspectos de planejamento e alternativas para impulsionar o desenvolvimento regional (WESENDONCK, 2017).

Nesse contexto, Piacenti (2016) e Corrêa (2019), com base em Haddad (2009), explicam que o processo de desenvolvimento endógeno deveria ser implementado por meio da mobilização social e política. Neste caso, os recursos institucionais, humanos e materiais são bases para este processo, que ocorre por etapas, e devem ser conscientizadas e sensibilizadas pelos atores locais, considerando o inconformismo latente e difuso da condição de subdesenvolvimento da região.

Outro aspecto desse modelo está associado aos recursos humanos estabelecidos na região. Compreendidos como “atores locais”, são tipos de agente de desenvolvimento, classificados de natureza individual, corporativa e coletiva. Os atores de natureza individual são tipos de agentes da sociedade civil que ocupam posições de poder e de influência na comunidade. Neste caso, é por meio da identificação deste ator que poderia ser vista a estrutura de poder da região, sobretudo em um processo participativo de construção de um projeto. Quanto aos atores de natureza corporativa, estes se caracterizam por seu vínculo com as organizações reconhecidas pelo Estado, como as associações empresariais e sindicatos de

trabalhadores. Finalmente, os atores coletivos estão inseridos em movimentos sociais regionais, porém, são mais difíceis de serem identificados em decorrência dos aspectos culturais nos países latino-americanos (CORRÊA, 2019).

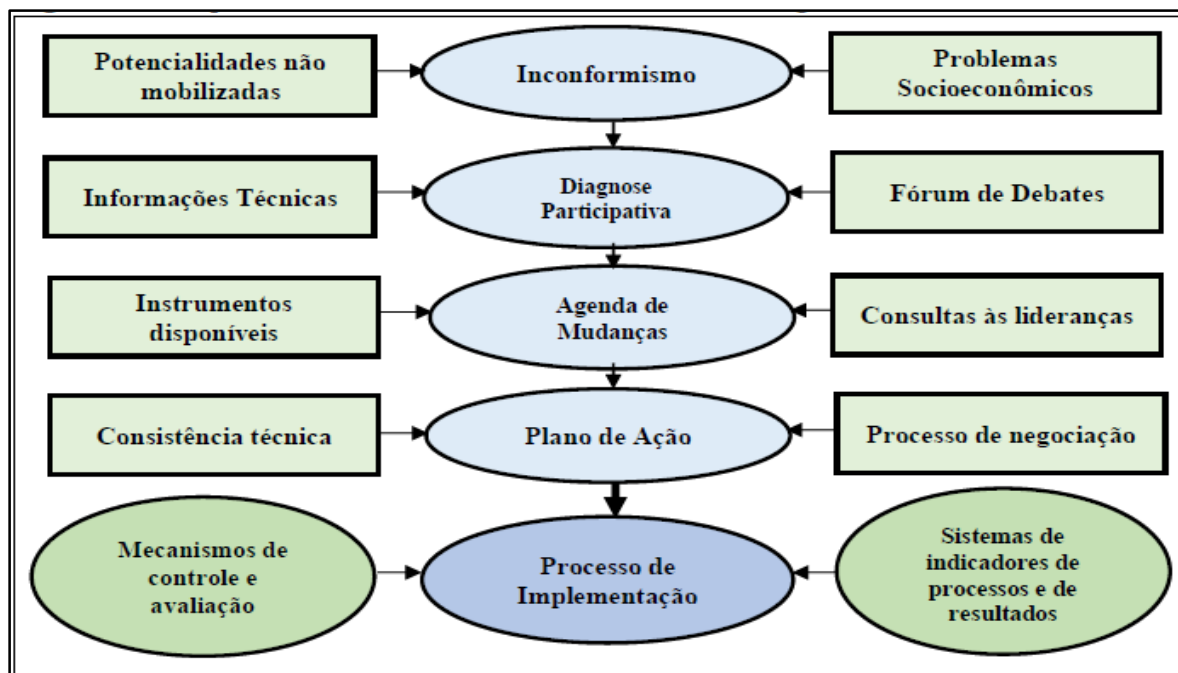
Assim, são importantes o papel das forças locais e das organizações da sociedade, em especial, os fóruns de desenvolvimento. Por isso, é fundamental que haja um acúmulo de capital humano regionalmente, caso contrário, persistirá o conformismo e, sendo assim, incidirá em um contexto de desigualdades socioeconômicas (PIACENTI, 2016; DRUCIARI, 2017).

A combinação desses e outros recursos sugerem a avaliação em dois aspectos: o primeiro é saber como eles estão estruturados e o segundo é como ocorre a articulação entre eles. Para tanto, os componentes estruturais, tecido social, tecido econômico, capital natural e as funções de lideranças das decisões locais, devem sempre se modernizar com o intuito de gerar projetos coletivos que articulem com os elementos e os direcionam (BOISIER, 1996).

Haddad (2009) aponta a ligação que há entre os recursos mencionados e o processo de desenvolvimento endógeno. Para ele, as relações de inconformismo dos atores locais e os tipos de enraizamento social que se apresentam no território são parte de um único sistema, em que se articulam por etapas.

A primeira etapa consiste na organização e na estruturação do inconformismo. Isso se explica pela aceitação ou não do desempenho ineficiente dos resultados da governança local e o mesmo vale para os indicadores sociais, econômicos e ambientais. A segunda etapa pode ser entendida como a instrumentalização dos entraves por meio de um diagnóstico técnico e político que aponte os motivos e justificativas que levaram aos baixos índices de desempenho dos indicadores. O elemento-chave dessa etapa seria a conscientização das lideranças empresariais, políticas e comunitárias para formarem consenso do que deve ser realizado para que as condições de subdesenvolvimento sejam superadas (HADDAD, 2009; PIACENTI, 2016). O percurso que uma região deve seguir para desenvolver-se de forma endógena está representado pela Figura 1.

Figura1: Etapas de um processo de desenvolvimento endógeno



Fonte: Haddad (2009)

A terceira etapa preconiza a constituição de agenda de mudança. Nela, constará um conjunto de informações técnicas e científicas, com as quais se recomenda alternativas para transformar os indicadores de desenvolvimento da região. Em síntese, a oportunidade conjuntural de criação de um espaço participativo, consultivo e deliberativo que visa a um desenvolvimento local é ultrapassado a partir do inconformismo, segue pelo diagnóstico participativo e agenda de mudanças e culmina com um Plano de Ação. Caberia, então, à quarta etapa a função de implementar as três etapas anteriores e legitimá-las por meio de ferramentas específicas de controle/avaliação e sistema de indicadores de resultados (HADDAD, 2009; PIACENTI, 2016).

Evidencia-se, portanto, que há relevância de alguns dos fatores apontados pelo conjunto de teorias apresentadas como instrumentos de crescimento econômico e de desenvolvimento, independentemente de sua localização no espaço produtivo, caso típico do Acre. Segundo Forero (2017), os custos de transação tornaram-se elevados em decorrência dos problemas relacionados aos direitos de propriedade. Além disso, o autor aponta, entre outras causas, a presença de assimetrias, imperfeições e falhas de mercados que levaram os agentes econômicos a tomarem decisões erradas, com as suas consequentes perdas.

Nesse sentido, buscou-se suporte na Teoria do desenvolvimento endógeno, em especial, os conceitos de redes sociais, capital imaterial e social. Em comum, esses termos denotam o papel do tecido social em processo de desenvolvimento. Adiciona-se, ainda, a possibilidade de mostrar como as relações econômicas imersas ou incentivadas por organizações formais se edificaram no território e como a participação do Estado foi determinante para a constituição da base econômica meramente de “cima para baixo” e nada enraizadas ao tecido social. Nesse caso, faz-se relevante o conceito de *embeddnes*, ou enraizamento social, advindo da Nova Sociologia Econômica (NSE).

Conforme Granovetter (2005), a noção de enraizamento social se relaciona à premissa de que as relações econômicas estão imersas em redes de relações sociais, portanto, toda ação econômica é essencialmente uma ação social. Assim, as redes sociais são tipos de substratos sobre os quais as organizações e os processos cooperativos se edificam. Nesse caso, são consideradas produto da participação dos atores e de suas experiências do passado, alicerçadas em tradições e convenções. No outro extremo, nos casos em que as ações econômicas não são socialmente situadas elas correm risco de serem desenraizadas. O desenraizamento se refere à falta de apropriação pelos sujeitos locais e de coesão do tecido social do qual emerge. Da mesma forma, falta de compreensão sobre a dinâmica do funcionamento regional à qual pertencem. Por isso, os fenômenos econômicos tendem a variar em diferentes contextos sociais e o conceito de enraizamento torna-se fundamental para analisar a constituição de modelos econômicos (RIZZA, 2006).

Com relação ao capital imaterial, Gorz (2005) explica que o termo se refere à estrutura produtiva física existente, que vai desde ferramenta, espaços físicos até trabalhadores envolvidos na produção, estes mesmos, que são indispensáveis em relação à criação de valor, representam apenas o valor cognitivo em relação aos demais fatores de produção. Sendo assim, o capital material cumpre a função subalterna, relegada à vassalagem do sistema produtivo, pois não acomoda em si valor do trabalho cognitivo ao capital social.

Quanto à noção de capital social, refere-se à ideia de que esse atributo não se concentra nos indivíduos, mas no vínculo entre eles. Assim, representa a pré-disposição a ajudar nas relações interpessoais baseadas na confiança do “outro”. Cooperação entre as comunidades para novas ações ou formação de novos grupos. É importante destacar característica e possibilidade de adaptação a que está sujeito o capital social. Woolcock (1998) salienta que pode ser caracterizado de duas formas: capital social de *integração* e capital social de *ligação*. Capital social de integração se refere a tipos de atributos relacionados à confiança e a proximidades

entre os indivíduos de um grupo. O capital social de *ligação* pode ser notado nas relações extragrupo, por exemplo, na forma como a região ou uma sociedade consegue estabelecer ligações com outros grupos, em vez de se manter fechada.

3. Metodologia

Para alcançar progresso no campo empírico, esta pesquisa também se caracteriza como descritiva e interpretativa; para tal, foi utilizado, como estratégia metodológica, o estudo de um caso. De acordo com Stake (1995), de forma geral, o estudo de caso é reflexivo porque contrasta e relaciona conceitos. Para este autor, à medida que é atribuído ao contexto metodológico de um ou mais de um caso, é adicionado ao estudo amplitude e qualidade. Sendo assim, busca-se trazer à dimensão empírica de um caso singular: Acre, estado situado no sudoeste da Amazônia brasileira, destacando-se sua capacidade organizacional dos agentes regionais.

Assim, propôs-se, a princípio, avaliar tais capacidades por meio da percepção dos atores do desenvolvimento. Resta saber, no entanto, se há incentivo à constituição de organizações formais e se estas possuem capacidade de responder às demandas do desenvolvimento local. Isso significa dizer que a forma como a organização social interage, se articula e atua em determinado desafio pode interferir no desenvolvimento do seu território.

Sabe-se que são inúmeras as possibilidades para avaliar o posicionamento dos atores do desenvolvimento local. Contudo, o interesse nesse caso é a replicação e a inerente verificação da atuação desse tipo de organização coletiva nos temas que envolvem as quatro dimensões do desenvolvimento (social, econômica, ambiental e institucional), no sentido de saber os entraves, as pré-condições e as alternativas vislumbradas. Com isso, pretende-se evidenciar que “a construção social do desenvolvimento regional depende das formas e conteúdo dos arranjos, redes, sistemas, cadeias, consórcios ou parcerias regionais” (BECKER, 2010, p. 31).

Para responder a essas indagações, os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas para captar a percepção e o posicionamento dos atores locais. As entrevistas foram realizadas enquanto houve necessidade de obter as informações para subsidiar a análise e preencher as lacunas do problema de pesquisa. A seleção dos entrevistados foi pautada nas indicações feitas pelos membros/participantes das organizações coletivas formais, por exemplo, o Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico, pela disponibilidade deles, pelas condições logísticas de realização da pesquisa e pelo enquadramento nos termos anteriormente mencionados. Preliminarmente, sabe-se que esse tipo de organização agrega representantes dos diversos setores da sociedade e dos três níveis de governos. Dele, participam, entre outras, as Federações da Agricultura, Indústria, Comércio, Universidades públicas e privadas, Associação de Municípios e Institutos de Pesquisa, como do porte do IBGE e Embrapa.

Nesse sentido, buscou-se identificar e selecionar os principais atores locais que contribuíssem com a investigação, como os representantes de entidades empresariais ligadas ao setor privado e os secretários estaduais que respondem pelas políticas públicas e ações para o desenvolvimento dos seus respectivos estados. No quadro 1, são apresentadas algumas características dos atores selecionados.

Quadro1: Caracterização dos atores públicos e privados entrevistados

Atores do Setor Público	Quantidade de Entrevistados	Descrição/Experiência
Secretários de Estado ligados à política de planejamento e à produção agropecuária.	02 Secretários representantes do governo estadual no Fórum de	Acumulam pouco tempo (em torno de um ano) de experiência na gestão da

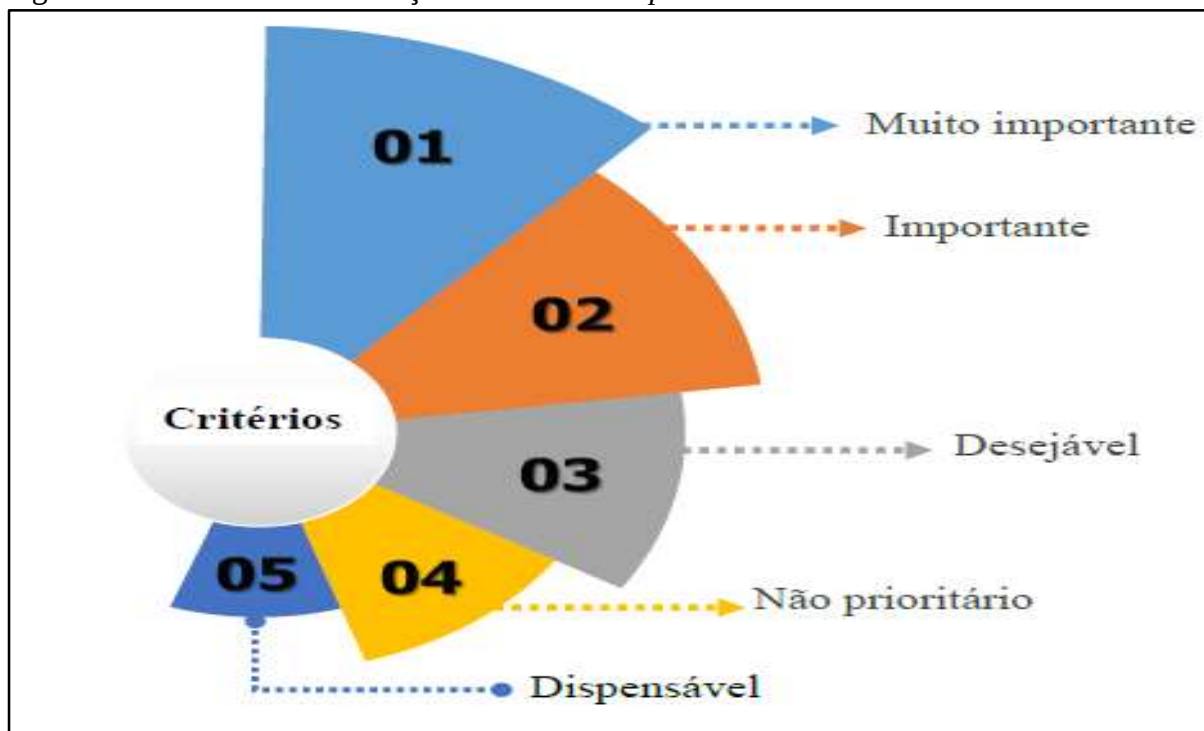
	Desenvolvimento Econômico.	política pública voltada para o desenvolvimento.
Atores do Setor Privado	Quantidade de Entrevistados	Descrição/Experiência
Lideranças empresariais ligadas ao setor primário e ao setor terciário.	01 Presidente da Federação da Agricultura e 01 Presidente da Federação da Indústria.	Acumulam razoável tempo (em torno de trinta anos) de experiência na liderança empresarial e interface com a agenda privada de desenvolvimento.
Atores das Organizações Coletivas	Quantidade de Entrevistados	Descrição/Experiência
Lideranças intelectuais locais com atuação docente em cursos de graduação e pós-graduação vinculadas à pauta de desenvolvimento regional.	01 Coordenador/gestor do Fórum de Desenvolvimento Regional.	Acumula em torno de quarenta anos de experiência na docência de ensino superior e em políticas públicas de desenvolvimento.

Fonte: Dados da pesquisa

O método pelo qual projeta-se efetuar tal verificação será o *Delphi*. Essa técnica foi utilizada pela primeira vez no início da década de 1950, em Santa Mônica, no estado da Califórnia, Estados Unidos. Trata-se de um experimento conduzido pela RAND Corporation, realizado para coletar a opinião de especialistas do ponto de vista do planejamento estratégico soviético, cuja finalidade era estimar o número de bombas atômicas necessárias para reduzir a produção de munições (SCARPARO *et al.*, 2012).

A partir do recebimento de todos os questionários, os dados foram organizados em planilhas para que, no momento oportuno, fosse iniciada a análise estatística descritiva. Nesse ponto, o objetivo foi avaliar o grau de consenso entre os atores do desenvolvimento local para cada resposta (VEIGA; COUTINHO; TAKAYANAGUI, 2013). Diante das proposições, para avaliar a relevância dos indicadores, foi estabelecido um padrão de classificação de acordo com o grau de importância definida no questionário, em cinco níveis (PADILHA, 2009; RIBEIRO; HELLER, 2011). Esses critérios estão apresentados na Figura 2.

Figura 2: Critérios de classificação do método *Delphi* em cinco níveis

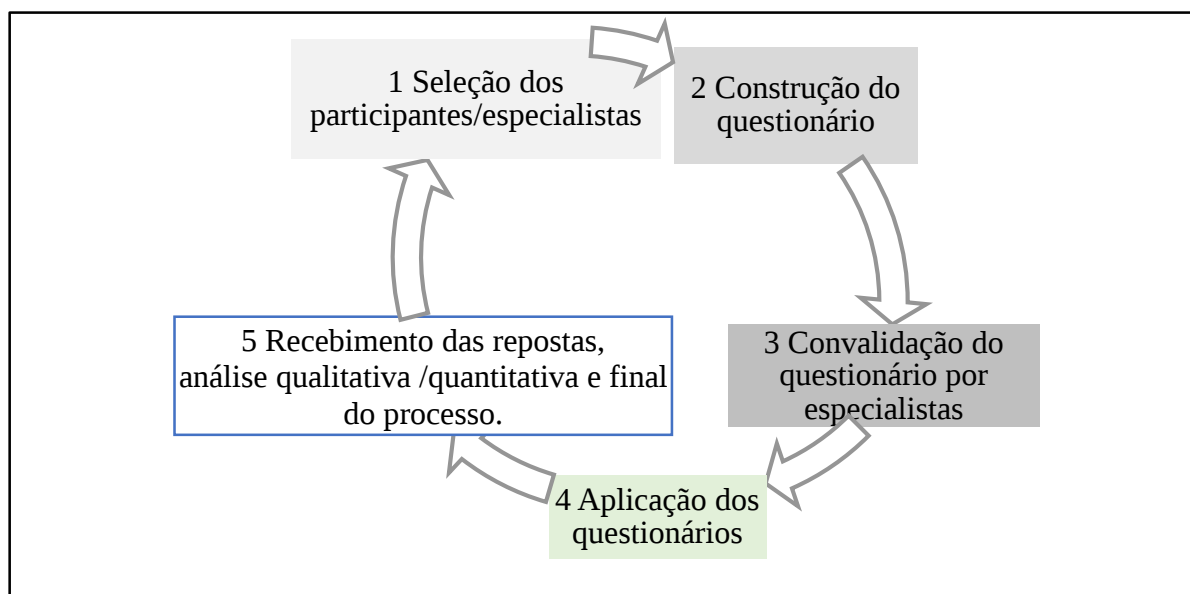


Fonte: Elaboração própria (2021), adaptado de Ribeiro e Heller (2011)

A partir da análise da primeira etapa, projeta-se encaminhar um novo questionário aos atores locais, juntamente com a tabulação dos dados obtidos na etapa anterior. A essência dessa etapa é a confrontação do entrevistado com suas próprias respostas. A informação original deve ser refletida de forma que os participantes percebam que suas contribuições foram incluídas (KAIRALLA, 1984).

Os indicadores com elevado nível de consenso foram aqueles que atingiram o terceiro quartil na análise, ou seja, aqueles que foram indicados por pelo menos 75% dos especialistas com a designação de nível “1” ou “2” (PADILHA, 2009; RIBEIRO; HELLER, 2011). Esse resultado possibilitará um *feedback* a todos os participantes, sem prejuízo da interação de visão entre todos os especialistas, que, embora tenham diferentes formações e atuem em áreas distintas, têm em comum o papel de transformar o espaço em que vivem (VEIGA; COUTINHO; TAKAYANAGUI, 2013). Com base em Marques e Freitas (2018), o processo de aplicação do método *Delphi* neste estudo ocorrerá na seguinte sequência (Figura 3):

Figura 3: Sequência de aplicação do método *Delphi*



Fonte: Marques e Freitas (2018)

Em resumo, a partir do retorno dos dados da segunda etapa e utilizando os mesmos critérios da primeira, os elementos foram novamente analisados, visando a estabelecer um padrão consensual entre as respostas obtidas. Por fim, fez-se o terceiro e último envio de questionário aos atores participantes. Neste ponto, foi disponibilizado um espaço ao final do questionário para que os participantes justificassem uma eventual designação de nível 3 ou inferior para qualquer um dos indicadores.

4. Resultados e Discussões

Os dados e informações apresentadas neste estudo foram obtidos por meio de rodadas do método *Delphi* sobre o desenvolvimento socioeconômico do estado do Acre. A cada rodada, demonstrou-se a percepção dos atores regionais ligados ao setor público e ao setor privado, em que os informantes-chave ressaltaram que um plano de desenvolvimento regional é fator fundamental para o Acre.

A primeira e a segunda rodada de entrevistas ocorreram entre os anos de 2020 e 2022. Nessas rodadas, foram entrevistados seis atores do desenvolvimento regional ligados ao Fórum Permanente de Desenvolvimento do Acre. Todas as respostas foram gravadas e depois transcritas sem nenhum tipo de identificação, possibilitando, assim, veracidade com relação às percepções das lideranças locais quanto ao processo de desenvolvimento do seu território. Adiciona-se, ainda, que a partir das incursões empíricas no território, realizando conversas informais com as lideranças da organização estudada, alguns fatos relevantes, como as raízes históricas das redes interorganizacionais no Acre foram observadas e guiaram os próximos passos da pesquisa.

Nesse sentido, a constatação mais contundente que norteou a pesquisa é a de que, no Acre, a indução da formação de organizações locais teve sua criação vinculada a um processo instrumental do poder público e agentes privados. Em muitos aspectos, o roteiro das entrevistas com os atores locais serviu para confirmar evidências que a pesquisa de dados secundários e

documental já tinham propiciado. Dessa forma, a percepção de cada ator selecionado contribuiu para captar e entender as possíveis iniciativas de desenvolvimento regional do Acre.

4.1 As raízes históricas das redes interorganizacionais no estado do Acre

A pesquisa de campo mostrou que no estado do Acre, existe uma rede interorganizacional composta por organizações coletivas de empresários e instituições pública e privada. Tal rede surgiu sobre uma organização social constituída, a princípio, pelo Fórum Permanente de desenvolvimento do Acre, o qual tem sido a principal referência das mobilizações dos empresários dessa rede. O depoimento a seguir corrobora essa afirmativa e resgata o motivo pelo qual surgiu o Fórum Permanente.

“O Fórum Permanente de Desenvolvimento do Acre surgiu no início dos anos 2000, a ideia de um grupo de empresários, da categoria dos empresários, ligados às federações, a Federação do Comércio, a Federação da Agricultura e a Federação da Indústria. Esse Fórum teve idas e vindas, mas no final de 2017 e início de 2018, esse grupamento de entidades empresariais resolveram levar à frente a ideia do Fórum, dando uma organicidade maior a esse formato. O Fórum como eu disse é um movimento empresarial que agrega todas as entidades, como bancos de fomento, as agências de desenvolvimento, as universidades e as instituições de pesquisa, o IBGE, o Governo do Estado, a Associação das Prefeituras, ou seja, as entidades que direta ou indiretamente podem contribuir ou auxiliar no desenvolvimento do Acre” (ATOR 05).

Pelo que foi observado, as organizações constituídas nesse tecido social surgiram a partir da mobilização dos atores locais aliada às suas necessidades empresariais de buscar alternativas e meios para o desenvolvimento do Acre. Quanto às organizações (públicas e privadas) citadas no depoimento, pode-se dizer que seus objetivos no âmbito do Fórum são semelhantes: encontrar a melhor alternativa de desenvolvimento regional para o Acre. Isso caracteriza um elemento comum de identidade que reforça a proximidade social e engajamento político dos seus atores, consideradas essenciais para a transformação do território onde vivem.

Essas transformações, segundo Amaral Filho (2001), estão relacionadas, sobretudo, à ativação social por meio dos atores ou agentes locais. Para esse autor, as dinâmicas locais são forçadas a realizar movimento articulado que incide nos processos de cooperação, confiança e pertencimento à medida que geram forças capazes de estruturar recursos tangíveis (capital físico, capital natural) e intangíveis (capital social, capital humano e capital institucional) que se encontram dispersos ou latentes.

O relato do Ator 01 sublinha a dinâmica de criação de redes cujas concepções simbólicas dos elementos de ligação entre seus fundadores inicia-se a partir de um processo de inconformismo da comunidade local. Discorrendo sobre o principal papel do Fórum, o entrevistado relata:

“A ideia é que esse Colegiado de líderes possa influenciar as propostas do desenvolvimento do Acre, indicar caminhos para o setor público, seja estadual, municipal ou federal, no sentido de encaminharem propostas de desenvolvimento ligadas a algo científico, algo que possa ter uma ampla discussão subsidiadas por informações fidedignas que possam indicar o caminho para o desenvolvimento” (ATOR 05).

O depoimento caracteriza o surgimento de um universo organizacional a partir de uma rede pessoal que serve como base de origem para a ação coletiva. Ao mencionar “*que esse*

Colegiado de líderes possa influenciar as propostas do desenvolvimento do Acre” e que “para auxiliar a tomada de decisão das lideranças existe um observatório”, o entrevistado pondera a existência de uma base comum de dados, com a qual a atuação do Fórum passa a ser qualificada em termos técnicos e científicos, e isso lembra a existência de inconformismo em relação aos problemas socioeconômicos, embora em organizações distintas.

Nesse sentido, o Fórum Permanente de Desenvolvimento do Acre tem sua atuação política vinculada às lutas em defesa das classes empresariais, trabalhadores e da sociedade em geral. Foi estruturado historicamente em torno da mobilização dos empreendedores locais ligados às organizações representativas dos setores primários, secundários e terciários. Em comum, suas lideranças buscavam, inicialmente, alinhar suas experiências acumuladas ao longo de várias décadas e transformá-las em instrumento de pressão junto aos governos (federal, estadual e municipal) por melhor infraestrutura, melhor ambiente institucional e melhor ambiente de negócios. Assim, o Fórum também atua diretamente no incentivo dos integrantes à participação nas organizações de ensino e pesquisa como forma de qualificar suas pautas e fortalecer o movimento político e econômico do desenvolvimento regional.

Em que pese alguns reveses internos que retardaram seu funcionamento efetivo, a proposta de organização do Fórum, conforme o entrevistado 05, está estruturada da seguinte forma:

“O Fórum em abril de 2018, surge efetivamente, a primeira reunião do Colegiado e de lá vem avançando. E, hoje, além das reuniões do Colegiado, das lideranças, ele tem também câmaras técnicas, que estudam aspectos específicos para cada setor ou atividade. Sendo: Agronegócio, que tem uma câmara técnica, o Turismo, que tem uma câmara técnica específica, como a Economia Criativa, como a Construção Civil. São agrupamentos temáticos que não se restringem aos membros do Fórum, podem ser outras entidades que participam especificamente dessas câmaras e discutem especificamente questões importantes, levando, então para o Colegiado de líderes para a decisão final. Então, é esse o contexto do Fórum de Desenvolvimento” (ATOR 05).

O depoimento indica que existe uma organização interna para diagnosticar, técnica e politicamente, as razões e as causas dos baixos níveis de desempenho dos indicadores socioeconômicos. Conforme Piacenti (2016), trata-se da segunda etapa de um processo de desenvolvimento endógeno, sobretudo, porque “não se trata apenas de preparar documentos elaborados por especialistas, mas principalmente, de conscientizar as lideranças políticas e comunitárias sobre o que deve ser feito para transformar as condições atuais” (PIACENTI, 2016, p. 129). Se essas informações técnicas são propulsoras de debates na forma de organização social, elas também indicam que os integrantes do Fórum se mantêm alinhados como a diagnose participativa.

Aparece, nesse cenário, o protagonismo da categoria dos empresários, ligados às federações do Comércio, da Agricultura e à Federação da Indústria. Estas duas últimas foram fundamentais para a criação do Fórum em decorrência do fato de atuarem como mediadoras, assessorando as práticas produtivas e organizativas dos setores primários e secundários, organizados em um gama de sindicatos representativos das atividades dos dois segmentos.

Com relação à atuação da Federação da Agricultura no âmbito do Fórum, a pesquisa apurou que, em geral, tenta romper com a grande correlação de forças que existe com o Estado, notadamente, nas questões relacionadas aos limites impostos pelo modelo preservacionista/ambientalista sobre o uso do território, promovendo mais autonomia e consciência crítica. Percebeu-se, pelo posicionamento da principal liderança do setor primário do estado do Acre, que esse engajamento vem de longa data, e o seu curso histórico tem sentidos e significados diferentes, como destacado em seu depoimento:

“Eu estou na Amazônia há quarenta anos, e na Amazônia, mais especificamente no Acre. Vim para cá quando havia um chamamento nacional para desenvolver a Amazônia, na década de 70. E eu vim nesse rol, recém-formado em medicina veterinária, lá na Universidade de São Paulo, e vim para a Amazônia. Foi preciso trabalhar, e tudo, comprei um pedacinho de terra, e as coisas foram sendo encaminhadas dessa forma” (ATOR 01).

O depoimento lança luz sobre como cada passo foi dado em determinada conjuntura e como adicionou ou retirou fatores essenciais ao desenvolvimento regional. Fica evidente que as relações econômicas imersas ou incentivadas por organizações formais se edificaram no território a partir da participação do Estado, sendo ele determinante para a constituição da base econômica meramente de “cima para baixo” e nada enraizada ao tecido social. Nessas condições estruturais, predominou uma visão externa ao território, que afirma a soberania nacional, privilegiando as relações com o poder central, ou seja, um modelo exógeno, em que havia um fluxo de recursos da periferia do país (Amazônia) para o centro-sul, culminando com o chamamento nacional para a ocupação do Acre.

Para Castro e Campos (2015), na Amazônia, o viés histórico, social e a complexidade política são fundamentais para revelar os processos de dominação e das formas de resistência que estiveram sempre presentes na região. Assim, se a complexidade política é um estado social resultante de um processo histórico com condições diferenciadas, em terras acreanas, com a implantação do sistema agrícola de produção, em especial as atividades destinadas à pecuária, foi um processo marcado por uma composição social de grupos, instituições e governos que, aos poucos, construíram as bases para a ruptura do sistema extrativista. É dentro desse ambiente hostil que coexistiam, simultaneamente, os remanescentes da economia extrativista e os novos latifundiários pecuaristas, oriundos do sudeste e sul do país.

Sem ter o mínimo de enraizamento social (GRANOVETTER, 2005), o sistema reproduz um padrão de instabilidade e tensão regional que o arranjo federativo não permitirá amenizar os conflitos de interesses que foram mutáveis ao longo das décadas e gerações. Trata-se, mais de fato, de um problema típico dos planejamentos e planos comandados no exterior da região, os quais combinam não apenas o alegado desenraizamento social, mas também a propaganda crítica sobre a ausência no Acre do capital social de integração (WOOLCOCK, 1998).

Aceita-se, então, que o representante do setor primário (Ator 01) tenha participado do processo histórico de construção do sistema produtivo do Acre, porém, distingue-se que as condições foram diferenciadas para os que aqui viviam (enraizados) e os vindos de outras regiões (capital imaterial). Dito isso, pode estar aberta a oportunidade para compreender o motivo pelo qual até hoje não há um consenso entre as lideranças, pesquisadores acadêmicos e gestores públicos, sobre o papel das dimensões sociais, econômica, institucional e ambiental no desenvolvimento regional.

Neste ponto, o Ator 01 destaca:

“Nesse momento em que a Amazônia é alvo de uma grande discussão nacional e internacional a respeito das suas aptidões e das suas possibilidades de desenvolvimento, mas uma discussão muito voltada à preservação e à punição por crimes ambientais, criminalização de produtor, e muitas dessas atividades ilegais, são frutos exatamente da ausência de poder público, da ausência de políticas de desenvolvimento para a região” (ATOR 01).

Esse depoimento revela a constatação encontrada em Becker (2001), que observa que, após décadas de omissão que resultaram na ampliação do fosso entre a periferia e o centro dinâmico, nos anos noventa, o governo federal retoma o planejamento regional da Amazônia,

mas longe de ser uma ruptura do modelo anterior. Entre as propostas, cita-se a criação de imensos corredores ecológicos para proteção da floresta e seus recursos, que teria sido a grande motivação para a criação de grupos de resistência, contribuindo, assim, para colocar em lados opostos os produtores rurais e os remanescentes do modelo extrativista.

O tipo de desenvolvimento de que fala o representante do setor primário foi inaugurado no Acre em meados dos anos 1990 e conseguiu manter-se até o ano de 2017, mas já vinha dando mostras de suas deficiências e desequilíbrios desde o ano de 2010. Seu enfraquecimento, conforme Forero (2017), foi graças ao baixo “empoderamento” dos seus beneficiários, produto do paternalismo e assistencialismo, próprio das políticas públicas desenhadas com viés de protecionismo, subsídio, apoio e financiamento a fundo perdido para o setor primário e florestal, mas que não atacou problemas como os custos de transação e deterioração dos termos de trocas, resultando em pequenas escalas de produção que impediram o desenvolvimento das regiões acreanas.

Por sua vez, a atuação da Federação das Indústrias do Acre (FIEAC), no ambiente do Fórum, busca modelar novas relações, construindo arranjos organizacionais e edificando bases empreendedoras nos municípios. Essa visão do setor secundário fica clara no depoimento de sua principal liderança:

“Discutir as aptidões de cada município, trabalhar sobre essas aptidões com os seus munícipes, ampliar o conceito dessas aptidões, transformando isso, em legislação municipal e transformar ali o ambiente de incipiência cultural, ou seja, essa cultura de sobrevivência baseada apenas em ajudas do setor público, transformando todo esse modelo mental dos munícipes em uma capacidade de incluir a inovação e o empreendedorismo nesses municípios” (ATOR 02).

O depoimento indica que o trabalho da FIEAC é de fomentar e interiorizar a cultura empreendedora no Acre. Esse processo de mudança mental dialoga com Hirschman (1961). A alternativa vislumbrada pelo representante da indústria parte do escopo das estratégias empresariais que buscam reduzir a dependência do setor produtivo dos recursos públicos por meio da organização de uma base exportadora dos produtos de origem florestal e do agronegócio. Isso significa, entre outros aspectos, apoiar mais intensamente setores produtivos baseados em diagnósticos apoiados pela ciência e indicadores regionais, que alarga o campo de possibilidades do desenvolvimento socioeconômico e, ao mesmo tempo, prescindir, gradativamente, o modelo por décadas perseguido, qual seja, o de atuar na questão regional ancorada na visão exteriorizada do território acreano que contempla políticas compensatórias e extemporâneas.

5. Considerações Finais

Na análise do posicionamento dos atores locais quanto ao desenvolvimento regional do Acre, observou-se que a indução da formação de organizações locais teve sua criação vinculada a um processo instrumental do poder público e agentes privados. Trata-se de uma rede interorganizacional composta por organizações coletivas de empresários e instituições públicas e privadas, tendo surgida sobre uma organização social constituída pelo Fórum Permanente de desenvolvimento do Acre, o qual tem sido a principal referência das mobilizações empresariais acreanas.

Na percepção das lideranças referentes aos desafios e às alternativas discutidas pelo Fórum visando subverter a ordem dos indicadores que puxam para baixo o desenvolvimento socioeconômico do Acre, identificaram-se como entraves, entre outros, aptidões locais, restrição de uso do território em decorrência da legislação ambiental, ausência de planejamento

estratégico regional, insuficiência de infraestrutura básica e condições edafoclimáticas desfavoráveis à agricultura de larga escala.

Com pré-condições estabelecidas no território, foram identificadas: inconformismo dos empreendedores locais, condições edafoclimáticas favoráveis à agricultura de larga escala em paralelo com a pecuária, diagnóstico da realidade regional, agenda de mudança protagonizada pelo Fórum, recursos naturais em abundância, ordenamento territorial e infraestrutura de transporte propiciada pelo estado de Rondônia.

Em muitos aspectos, o Fórum de desenvolvimento do Acre combina elementos importantes, cuja articulação envolve desde os instrumentos disponíveis até a consulta propriamente dita às lideranças regionais, os quais podem ser uma aproximação daquilo que Haddad (2009) definiu como agenda de mudanças e terceira etapa, de um total de quatro, relacionadas ao processo contínuo de desenvolvimento endógeno.

Em que pese as contribuições relevantes desta pesquisa, ela apresenta algumas limitações importantes, as quais não se pode deixar de mencionar. Em primeiro lugar, as entrevistas foram realizadas apenas com uma parcela das lideranças (empresariais e públicas), não sendo possível alcançar outros atores como pesquisadores e outros representantes setorial da economia acreana. Essa lacuna é potencialmente importante, especialmente no sudoeste amazônico do Brasil, onde construir uma agenda de pesquisa mais consistente é severamente limitado pela dificuldade de se trabalhar de forma coletiva.

Tão somente por isso que, aponta-se como possibilidades de novos estudos avaliar os impactos socioeconômicos dos novos empreendimentos de infraestrutura de transportes instalados recentemente em Rondônia e possíveis favorecimentos ao estado do Acre.

6. Referências

AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional no local.

Revista Planejamento e Políticas Públicas, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada, Rio de Janeiro, n. 23, p. 261-286, junho 2001. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78/89>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BECKER, B. K. Modelos e Cenários para a Amazônia: Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parceria Estratégica**, n. 12, set. 2001.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, B. K. **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. In:

NASCIMENTO, E. P.; VIANNA, J. N. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BECKER, D. F. Os primeiros resultados de uma experiência de programa de pesquisa cooperativa e interdisciplinar. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (Orgs.).

Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. p. 27-66.

BOISIER, S. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional**: entre a caixa-preta e o projeto político. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: Ipea, 1996. (n. 13).

BOISIER, S. **Teorias e metáforas sobre el desarrollo territorial**. Santiago do Chile: CEPAL, 1999.

CORRÊA, A. S. **Políticas públicas para a integração regional da faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul**: um estudo da “borda fronteira Brasil/Paraguai. 2019. 245 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2019.

DRUCIAKI, F. P. Desenvolvimento Territorial: Conceitos e Elementos. In: BIDARRA, B. S.; VOLL, F. A. P.; FERRERA DE LIMA, J. (Orgs.). **Economia & desenvolvimento territorial**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2017. p. 18-26.

FERRERA DE LIMA, J. Transformação Educacional e Desenvolvimento Regional: apontamento para debate. **Cadernos Camilliani**, Cachoeiro do Itapemirim, v. 7, n. 2, p. 7-14, jul./dez. 2006.

GRANOVETTER, M. The impact social structure on economic outcomes. **Journal of Economic Perspectives**, Chicago, v. 19, n. 1, p. 33-50, 2005.

GORZ, A. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução de Celso Azzan Júnior e André Gorz. São Paulo: Annablume, 2005.

KAIRALLA, A. S. S. Técnica Delphi para análise de um sistema de informação: estudo de viabilidade. **CI. Inf.**, v. 13, n. 1, p. 11-23, 1984.

HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3, ano 33, p. 119-146, set./dez. 2009.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária – UFMG, 1977. (Edição original).

MOTA, J. A.; GAZONI, J. L. **Plano Amazônia Sustentável**: interações dinâmicas e sustentabilidade ambiental. Rio de Janeiro: Ipea, abr. 2012. (Texto para Discussão, n. 1731).

MONTEIRO NETO, A.; COSTA, M. A.; RESENDE, G. M.; MENDES, C. C.; GALINDO, E. P. Desenvolvimento territorial no Brasil: reflexões sobre políticas e instrumentos no período recente e propostas de aperfeiçoamento In: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (Orgs.). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

PADILHA, M. L. **Indicadores de desenvolvimento sustentável para o setor têxtil**. 2009. 311 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PIACENTI, C. A. **Indicadores do Potencial de Desenvolvimento Endógeno dos Municípios Paranaenses no período 1999/2013**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016.

PORTUGAL, R. S.; SILVA, S. A. O planejamento e o financiamento do desenvolvimento regional na Amazônia. **Anais do XVII ENAPUR**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1-19, 2017.

RIBEIRO, J. C. J.; HELLER, L. Indicadores ambientais para países em desenvolvimento. **Biblioteca virtual de desarrollo sostenible y salud ambiental**, 2011. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsAIDIS/PuertoRico29/junque.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2019.

RIZZA, R. The relationship between economics and sociology: the contribution of economic sociology, setting out from problem of embeddedness. **International Review of Sociology**, Chicago, v. 16, n.1, p. 31-48, 2006.

SCARPARO, A. F.; LAUS, A. M.; AZEVEDO, A. L. C. S.; FREITAS, M. R. I.; GABRIEL, C.S.; CHAVES, L. D. P. Reflexões sobre o uso da técnica Delphi em pesquisas na enfermagem. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 13, n. 1, p. 242-251, 2012.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1995.

STHOR, W. B.; TAYLOR, D. R. **Development from above or below?** The dialectics of regional planning in development countries. New York: John Wiley and Sons. Tradução de Carlos A. Malferrari. São Paulo, SP: Pioneira, 1981.

VÁZQUEZ BARQUERO, A.; ALFONSO GIL, J. Endogenous development in the tropics: the relevance of institutions. **International Forestry Review**: Madrid, Spain v. 17, S1, 2015.

VALENTIM, R. F. O capital social como um dos elementos que compõem a dinâmica do desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (Orgs.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. p. 245-261.

VEIGA, T. B.; COUTINHO, S. S.; TAKAYANAGUI, A. M. M. Aplicação da técnica DELPHI na construção de indicadores de sustentabilidade. **IX Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 9, n. 4, p. 31-45, 2013.

WESENDONCK, C. C. Desenvolvimento territorial: políticas públicas e governança. In: BIDARRA, B. S.; VOLL, F. A. P.; FERRERA DE LIMA, J. (Orgs.). **Economia & desenvolvimento territorial**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, p. 27-32, 2017.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, Davis, v. 27, n. 2, p. 151-208, 1998.